

## EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 020/2013

O Município de Marmeleiro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria 4.305 de 02 de janeiro de 2013, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal de Marmeleiro, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993 e suas alterações, torna pública a realização de Licitação na Modalidade CONVITE, objetivando a Aquisição de equipamentos de informática, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, para o Departamento de Administração e Planejamento, conforme requerimento nº 046/2013 protocolados sob o nº 47.518.

Os envelopes **A** contendo a documentação para habilitação e envelopes **B**, contendo a proposta de preços dos interessados deverão ser entregue à Av. Macali, 255, na sala da Divisão de Compras e Licitações até o dia **25/04/2013**, às **16:00** horas, quando serão abertos, junto à sala de reuniões da Administração desta Prefeitura Municipal, na data e horário acima citados. Não serão consideradas as propostas em atraso.

### 2 – OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas, visando a contratação de empresa para Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01	un.	Conversor USB 2.0 para IDE/Mini IDE/Sata	200,00	200,00
02	01	un.	HD Sata 2000GB 7200	360,00	360,00
03	01	un.	Case para HD Sata 2.5	40,00	40,00
04	01	un.	Cabo VGA 5m	45,00	45,00
05	05	un.	HD Sata 1000GB 7200	290,00	1.450,00
06	01	un.	Pendrive 8GB USB 2.0	45,00	45,00
07	01	un.	DVD-R	5,00	5,00
08	02	un.	Kit Gabinete Preto/Prata com fonte	75,00	150,00
09	02	un.	Kit 3x1 – teclado, mouse e caixa de som	60,00	120,00
<b>TOTAL</b>					<b>2.415,00</b>

### 3 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 - Poderão participar da presente licitação, os convidados por esta repartição pública e os demais interessados que manifestem interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas e que possuam inscrição no cadastro de licitantes da Prefeitura Municipal de Marmeleiro com certificado fornecido pela mesma válida na data de abertura da presente licitação, o qual deverá ser apresentado juntamente com sua documentação para habilitação e nas demais condições previstas neste Edital.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas em consórcio.

3.4 – A participação nesta Licitação implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

#### **4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES A e B, e DA CARTA DE CREDENCIAMENTO:**

4.1 - Os envelopes A e B, contendo respectivamente a documentação para habilitação e proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando na face os seguintes dizeres:

A) Prefeitura Municipal de Marmeleiro

Edital de Licitação Modalidade Convite nº 020/2013

Envelope A - Documentos para habilitação

Proponente: \_\_\_\_\_(nome da empresa)

B) Prefeitura Municipal de Marmeleiro

Edital de Licitação Modalidade Convite nº 020/2013

Envelope B - Proposta de Preços

Proponente: \_\_\_\_\_(nome da empresa)

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo 1 em anexo, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações na data de abertura dos envelopes A e B.

#### **5 - DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO:**

5.1- Os envelopes contendo a documentação para habilitação das empresas interessadas deverão conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras ou borrões.

##### 5.1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 – Registro Comercial, junto ao órgão competente, no caso de empresa individual.

5.1.1.2 – Ato constitutivo consolidado ou Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial.

5.1.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

5.1.1.4 – decreto ou autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### 5.1.2 – Quanto à Regularidade Fiscal:

5.1.2.1 – Comprovante de inscrição da empresa Licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.1.2.2 – Comprovante de regularidade da empresa Licitante (CND) perante as esferas Federal e Estadual.

5.1.2.3 – Certidão Negativa de Débito da empresa Licitante, perante o INSS, expedida pela Previdência Social.

5.1.2.4 – Certificado de Regularidade da empresa Licitante, quanto ao FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal.

5.1.2.5 - Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### 5.1.3 – Declarações

5.1.3.1 – Declaração do proponente de que não pesa sobre si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de governo, de acordo com o anexo II.

5.1.3.2 – Declaração de cumprimento pela empresa Licitante, da obrigação prevista da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, conforme anexo IV.

5.1.3.3 – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, conforme anexo V.

5.2 - TERMO DE RENÚNCIA (modelo anexo III) emitido pela empresa Licitante, que poderá ser entregue juntamente com a documentação solicitada no item 5.1 ou diretamente à Comissão de Licitação pelo representante credenciado pela empresa Licitante.

5.3 – Será considerado pela Comissão, o prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da respectiva emissão, para as certidões nas quais o mesmo não constar.

5.4 – Caso a proponente apresente certidões emitidas via Internet a aceitação das mesmas ficará condicionada a consulta pelo mesmo sistema.

5.5 – Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentadas em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

### **6 - PROPOSTA DE PREÇOS:**

6.1 - A proposta de preços - envelope B - devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e conter:

- a) – Razão social da empresa proponente, endereço completo, número do CNPJ e número de inscrição estadual;
- b) – Número do Edital de Licitação;
- c) – Data de apresentação da proposta;
- d) – Descrição do objeto da presente licitação;
- e) – Número do item, quantidade, unidade, descrição do produto, **marca do produto**;
- f) – Preço unitário, preço total do item, e preço global da proposta, devendo o preço incluir todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação;
- g) – Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, o qual será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento;
- h) – Prazo de entrega dos materiais, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos após sua solicitação formal;
- i) – Nome e assinatura do responsável pela proposta;
- j) – Número de Identidade – RG e CPF do responsável pela proposta.
- k) – Garantia do produto de acordo com as normas do Código do Consumidor.

### **7 - PROCEDIMENTOS:**

7.1 - Serão abertos os envelopes A, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

7.2 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 (cinco) deste Edital.

7.3 - Os envelopes **B**, contendo a proposta de preços, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.4 - Serão abertos os envelopes **B**, contendo a proposta de preços dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.5 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 (seis) deste Edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis.

7.6 - Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 8 (oito) deste Edital.

## **8 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

8.1 - Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o menor preço global, respeitando-se o critério de aceitabilidade dos preços, fixado no item 9 (nove) deste Edital.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em ato publico, para o qual todos os proponentes serão convocados.

8.3 - Será desclassificada a proposta de preços que:

- a) - Ultrapassar o valor fixado no item 9 (nove) deste Edital;
- b) - Cotar valor unitário manifestadamente inexecutável;

## **9 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:**

9.1 - Serão desclassificadas as propostas, por ser considerado excessivo com preço global superior a: R\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze reais).

## **10 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:**

10.1 – Os materiais e serviços objeto da presente licitação deverão ser entregues no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos após sua solicitação formal, sem custos adicionais.

10.2 - O prazo de vigência do Contrato será de até 12 meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

10.3 – Adjudicado o objeto da presente licitação o Município convocará o(s) proponente(s) vencedor(es) para assinar(em) o termo de contrato em até 02 (dois) dias corridos, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

10.4 – O Município, poderá, quando o(s) convocado(s) não assinar(em) no prazo estabelecido neste Edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo da Lei 8.666/93.

## **11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO:**

11.1 – No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto constante no item 10.1, será aplicável penalidade moratória de valor equivalente a 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) ao dia sobre o valor total da quantidade solicitada.

11.2 – Pela inexecução total ou parcial do pedido, a Prefeitura Municipal poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93; sendo que em caso de penalidade esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da compra.

## **12 – CRITÉRIO DE REAJUSTE:**

12.1 – O preço dos serviços e materiais objeto da presente licitação não sofrerão reajuste.

## **13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

13.1 – O pagamento será efetuado até o 12º dia do mês subsequente ao da entrega dos materiais e serviços mediante apresentação de nota fiscal.

13.2 – Os pagamentos decorrentes da aquisição e serviços objeto da presente licitação correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária nº:

## **14 – RECURSOS:**

14.1 – Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do artigo 109 da lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

## **15 – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1 – É facultado ao Município MARMELEIRO, Estado do Paraná, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

15.2 – Reserva-se o Município de Marmeleiro, revogar ou anular esta licitação nos termos do Art. 49 da lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

15.3 – A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICIPIO e terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando ao MUNICIPIO de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

15.4 – Ao participar da presente licitação, a proponente assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo na forma da Lei, por qualquer irregularidade constatada.

15.5 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhando ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, à Av. Macali, 255, fone/fax- 046 - 3525.1122, CEP 85.615-000.

15.6 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e proponentes presentes.

## **16 – ANEXOS DO EDITAL:**

16.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcrito em seu corpo, os seguintes anexos:

- ANEXO I – CARTA DE CREDENCIAMENTO

- ANEXO II – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO III – TERMO DE RENUNCIA
- ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA  
LEI Nº 9.854/99
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
- ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Marmeleiro, 18 de abril de 2013.

**Gilmar Gehlen**  
**Presidente da Comissão**  
**Permanente de Licitações**

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº xxx/2013

(ANEXO I)

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da cédula de identidade sob o nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Convite nº xxx/2013, instaurado por esta Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_ outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013.

Assinatura e identificação do representante  
legal da empresa proponente

Nome da empresa proponente  
Número do CNPJ  
Endereço completo  
Fone/E-mail

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº xxx/2013

(ANEXO II)

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a Modalidade Convite nº xxx2013, instaurada pelo Município de Marmeleiro – Estado do Paraná, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013.

Assinatura e identificação do representante  
legal da empresa proponente

Nome da empresa proponente  
Número do CNPJ  
Endereço completo  
Fone/E-mail



EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº xxx/2013

(ANEXO III)

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

**TERMO DE RENÚNCIA**

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Convite nº xxx/2013, por seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas na Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso de procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preços dos proponentes habilitados.

Marmeleiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura e identificação do representante  
da empresa proponente

Nome da empresa proponente  
Número do CNPJ  
Endereço completo  
Fone/E-mail

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº xxx/2013

(ANEXO IV)

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.854/99

.....inscrito no CNPJ nº .....,  
por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a)  
.....portador(a) da Carteira de Identidade nº  
..... – UF e inscrito no CPF nº ....., DECLARA,  
para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,  
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega pessoas com  
idade inferior a dezoito anos, para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou  
insalubres, bem como também, não emprega pessoas com idade inferior a dezesseis  
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013

Assinatura e identificação do representante  
da empresa proponente

Nome da empresa proponente  
Número do CNPJ  
Endereço completo  
Fone/E-mail

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº xxx/2013

(ANEXO V)

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A proponente, para fins de participação na licitação modalidade convite nº xxx/2013, DECLARA sob as penas da Lei, que não existem fatos impeditivos de sua participação na presente licitação e se compromete a comunicar ao município de Marmeleiro – PR, qualquer fato que venha a comprometer sua habilitação, inclusive durante a execução do contrato.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2013

Assinatura e identificação do representante  
da empresa proponente

Nome da empresa proponente  
Número do CNPJ  
Endereço completo  
Fone/E-mail

(ANEXO VI)

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº \*\*\*/2013  
(Carta Convite nº xxxxx/2013 - PMM)

Pelo presente instrumento de Contrato de Compra e Venda, de um lado o **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. LUIZ FERNANDO BANDEIRA, Prefeito, portador da cédula de identidade civil (RG) nº \*\*\*\*\* e inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*\*\*\*, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa \*\*\*\*\*\*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \*\*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*\*, nº \*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*\*, Cidade de \*\*\*\*\*\*, Estado do Paraná, neste ato representada pelo administrador Sr. \*\*\*\*\*\*, portador da cédula de identidade civil (RG) nº \*\*\*\*\* II/SSP/\*\*, e inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*\*\*\*, aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas às normas da Lei 10.520 de 17 de agosto de 2002 e, subsidiariamente, à Lei 8.666/93 e subseqüentes alterações, obedecidas as condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade **CARTA Convite nº xxx/2013**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Tem por objeto o presente instrumento a **aquisição de \*\*\*\*\*\***, constantes no item 2.1 da cláusula segunda, de acordo com o lote relacionados no Anexo I, do Edital de Carta Convite nº 003/2013, para os quais a CONTRATADA foi a vencedora no certame licitatório.

**1.2** Todos os itens deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Único**

Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Carta Convite nº xxx/2013, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL**

**2.1** Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de **R\$ \*\*\*\*\*\*** (\*\*\*\*\*), de acordo com a proposta abaixo descrita:

**LOTE ÚNICO**

Item	Quant.	Unidade de medida	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor Total
01						
02						
03						
			TOTAL			

**2.2** No valor contratado já estão inclusos os impostos federais, estaduais e municipais e, ainda, despesas com embalagem, seguro de transporte, transporte (carga e descarga) até

o destino, bem como, toda e qualquer taxa que vier a incidir sobre o objeto ou outras despesas da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1** O CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento, na tesouraria municipal ou através depósito bancário, até o décimo segundo dia do mês subsequente ao da entrega do objeto, comprovada a adequação com o disposto no edital, mediante recebimento da nota fiscal.

**3.2** A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e do Contrato de Fornecimento.

**3.2.1** – A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome do:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ nº 76.205.665/0001-01  
**Avenida Macali, nº 255 – Centro**  
Marmeleiro – PR  
**CEP: 85.615-000**

**3.3** A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas do INSS e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

**3.4** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**3.5** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### **Parágrafo Primeiro**

Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposições contratuais, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

#### **Parágrafo Segundo**

Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA no caso de ter sido multada, antes de paga ou revelada a multa.

#### **Parágrafo Terceiro**

O valor do presente contrato não pago na data de vencimento deverá ser corrigido desde então até a data do efetivo pagamento, pela variação do índice INPC, ocorrida no período.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Conforme dotações orçamentárias discriminadas a seguir:

\*\*\*\*\*

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

**5.1** O prazo máximo de entrega dos bens e serviços solicitados não poderá ser superior a \*\*\* dias corridos após sua solicitação formal, de acordo com a necessidade da licitante, sem custos adicionais, após assinatura do contrato, quando será verificada a quantidade, qualidade e especificações dos produtos, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido.

**5.2** Transcorridos 03 (três) dias do prazo estabelecido para entrega do(s) objeto(s), sem a devida justificativa no atraso da entrega, poderá o CONTRATANTE cancelar o pedido, sem prejuízo do direito de cobrança da(s) multa(s) devida(s).

**5.3** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até \*\*\*\*\*, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei 8666/93, caso necessário.

**5.4** O valor contratual poderá ser reajustado nas hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio contratual por parte da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete ao CONTRATANTE:

**6.1** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

**6.2** Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, o cumprimento das disposições contratuais pela CONTRATADA;

**6.3** Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte da CONTRATADA;

**6.4** Receber o objeto e fiscalizar o padrão de qualidade do mesmo, através de servidor designado pelo Departamento solicitante.

### **Parágrafo Único**

O CONTRATANTE não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da CONTRATADA, e será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, qualquer dano causado pela atuação da mesma a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Compete à CONTRATADA:

**7.1** Fornecer o objeto contratado observando as exigências do Departamento quanto à qualidade, embalagem e quantidades previstas no item 2.1 da Cláusula Segunda;

**7.2** Entregar o objeto dentro do prazo estabelecido e nas quantidades solicitadas pelo departamento, sob pena de responsabilidade contratual, salvo caso fortuito ou motivo de força maior;

**7.3** Responsabilizar-se pelo transporte a ser executado em função da entrega;

**7.4** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus empregados ao CONTRATANTE e/ou terceiros;

**7.5** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

**8.1** A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
- b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**8.2** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**8.3** A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

**8.4** Quando da aplicação de multas a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher à Tesouraria a importância correspondente, sob pena de dedução de seu valor das parcelas a receber.

**8.5** Da aplicação de multa caberá recurso ao CONTRANTE no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada justificativa exposta; os prepostos do Município julgarão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se

improcedente, a importância recolhida pela CONTRATADA será devolvida pela Tesouraria, no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.

**8.6** As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

Ao CONTRATANTE, através de seus técnicos ou prepostos, é assegurado o direito de inspecionar, a qualquer tempo, o objeto contratado, sendo garantido o livre acesso aos mesmos, devendo a CONTRATADA prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pela fiscalização.

#### **Parágrafo Primeiro**

A ação fiscalizadora do Município será exercida de modo sistemático e permanente, em toda a plenitude de que trata a Lei Federal nº 8.666/93, a fim de fazer cumprir fielmente os prazos, condições e qualificações previstas no Edital de Carta Convite nº 003/2013.

#### **Parágrafo Segundo**

A fiscalização de que tratam os itens anteriores não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

a) Administrativamente, a qualquer tempo por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

#### **Parágrafo Primeiro**

No caso de rescisão com iniciativa por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá ser notificado por escrito, num prazo não inferior a 30 (trinta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado.

#### **Parágrafo Segundo**

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### **Parágrafo Terceiro**

A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que este vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**



Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a modificação do objeto contratual.

#### **Parágrafo Primeiro**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

#### **Parágrafo Segundo**

A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

**A troca eventual de documentos e correspondências entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo ou outra forma de correspondência cujo recebimento possa ser atestado.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO**

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná, para dirimir toda e qualquer dúvida que possa surgir a respeito do presente contrato, independente do domicílio da CONTRATADA, que fica obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Marmeleiro, \*\*\*\*\* de 2013.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 020/2013**

**OBJETO:** Aquisição de equipamentos de informática

**PREÇO MÁXIMO:** R\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze reais).

**ABERTURA:** 25 de abril de 2013, às 16:00 horas, na sala da Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Marmeleiro.

**RECURSOS:** Próprios do município

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O Edital completo e demais informações encontram-se a disposição dos interessados junto a sala da Divisão de Compras e Licitação desta Prefeitura Municipal, sita a Av. Macali, 255, Marmeleiro/PR.

Marmeleiro 18 de abril de 2013.

**Gilmar Gehlen**  
Presidente da Comissão  
Permanente de Licitação